



Reforma da Previdência para ampliar investimentos no Brasil

NOTA TÉCNICA - MAIO/2019

www.firjan.com.br/publicacoes

Muito se tem discutido sobre a importância da aprovação da Reforma da Previdência para a retomada da sustentabilidade das contas públicas. Com as regras previdenciárias atuais e o avanço das despesas obrigatórias, haverá cada vez menos espaço para investimentos, o que já tem resultado na precariedade da provisão de serviços públicos.

Na estimativa do governo, a aprovação da proposta de Reforma Previdenciária, que segue em tramitação na Câmara dos Deputados¹, tem potencial de gerar uma economia de R\$1,2 trilhão nos próximos 10 anos. Além da margem fiscal, os principais efeitos da Reforma são a retomada da confiança, o estímulo à atividade econômica e o potencial de redução dos juros e inflação. Todas essas variáveis combinadas vão abrir espaço para retomada dos investimentos públicos e atração novos investimentos privados.

Neste sentido, a Firjan pretende calcular o ganho social criado pela aprovação da Reforma Previdenciária. Com a margem fiscal estimada para os próximos anos, é possível mapear o potencial de ampliação de investimentos tanto em serviços básicos como em infraestrutura.

Margem fiscal

As contas públicas já acumulam cinco anos de déficit primário. O efeito da aprovação da Reforma da Previdência vai além da redução dos custos com despesas obrigatórias. A concretização desta agenda afeta a percepção sobre a economia brasileira, gerando otimismo e impactando positivamente a retomada da atividade e o aumento da arrecadação.

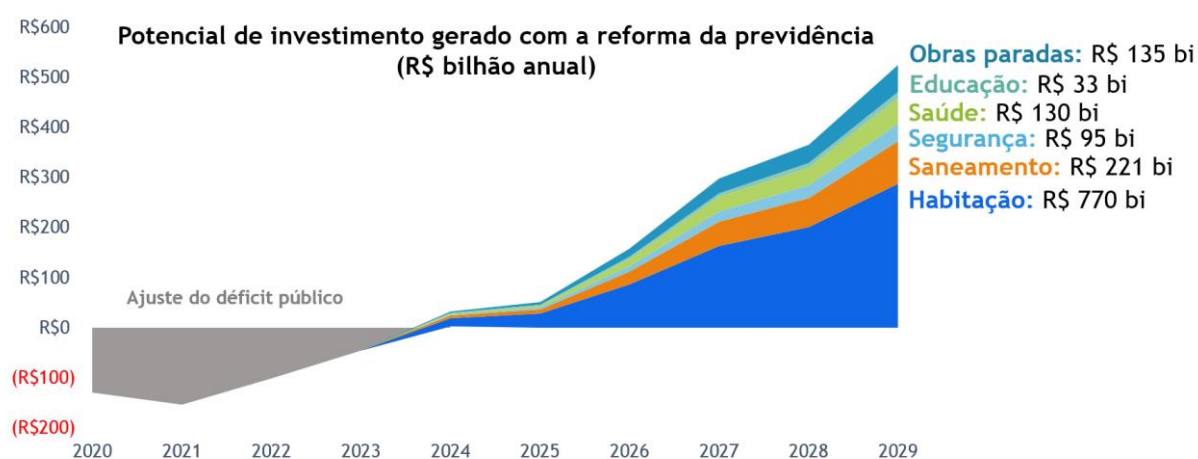
Considerando todos esses fatores, a Instituição Fiscal Independente (IFI)² estimou o impacto potencial da aprovação da PEC sobre as contas públicas. Com a margem fiscal gerada, seria possível equilibrar o orçamento, gerando superávit primário em 2024 e interrompendo dez anos de déficit. De acordo com as estimativas, o esforço fiscal gerado resultaria na reversão da trajetória explosiva da Dívida Pública, que, nos últimos cinco anos, cresceu 20 pontos percentuais do PIB e já equivale a 77% de tudo que é produzido país³. Na estimativa da IFI, com a continuidade da agenda de reformas, será possível gerar um superávit primário de 2,1% do PIB (esforço fiscal de R\$ 309,7 bi) e reduzir a Dívida Pública para 61,4% em 2029.

Não obstante, é preciso alinhar o objetivo de conter a trajetória de crescimento da Dívida Pública e as demandas da sociedade por investimentos, principalmente na área social e infraestrutura. Para isso, o governo precisa gerar um superávit que mantenha a dívida constante⁴, ou seja, um esforço fiscal suficiente para conter o crescimento da dívida.

Como os recursos são escassos, a gestão pública trata-se de uma questão de escolhas. De acordo com a estimativa da IFI, a partir de 2024 o resultado primário gerado, considerando a margem fiscal criada pela Reforma do Sistema Previdenciário, será superior ao necessário para estabilizar a Dívida. Ou seja, após atingirmos a sustentabilidade fiscal, será possível destinar essa margem fiscal para os investimentos. Se considerarmos o período entre 2024 e 2029, há uma margem⁵ para aumento de investimento público de R\$ 655 bilhões, a partir da aprovação da Reforma da Previdência ainda em 2019.

O otimismo gerado pela aprovação da Reforma tem o potencial de multiplicar esta disponibilidade de recursos para investimentos, a partir da participação do setor privado, de forma direta ou através de parcerias com o setor público. Estima-se que, com a melhora do ambiente de negócios, a iniciativa privada poderá contribuir com mais R\$ 729 bilhões em investimentos.

Em conjunto, setor público e privado, poderão destravar R\$ 1,4 trilhão em investimentos, volume de recursos capaz de solucionar gargalos históricos na oferta de serviços básicos à população brasileira. Investimentos em habitação, saneamento, segurança, saúde, educação e na retomada de obras paralisadas têm grande potencial para gerar empregos e renda e ampliar a cidadania e a competitividade.



Investimentos prioritários para alavancar o Brasil

Habitação

O setor é um dos mais determinantes para a atividade econômica e para a qualidade de vida da população, sendo um direito presente na Constituição Federal. A demanda por novas moradias é significativa e tem tendência de crescimento para os próximos anos, em especial para a população com nível mais baixo de renda, que sofre com moradias precárias e com o adensamento excessivo.

Com o objetivo de atender a essa crescente demanda, estima-se que a necessidade de construção de cerca de 2,5 milhões de novas habitações, apenas para a população com renda de até 3 salários mínimos. Para essa parcela, a participação do setor público é fundamental, aportando subsídios, em complemento a participação do setor privado no financiamento dessas unidades. Para a próxima década, estima-se em R\$ 770 bilhões⁶ a necessidade de investimentos para resolução do déficit habitacional⁷, com possibilidade de aportes de R\$ 583 bilhões pela iniciativa privada.

Saneamento Básico

O setor é primordial para a sociedade, em função de seu impacto direto na saúde dos habitantes, na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento das atividades produtivas. Diversas doenças estão relacionadas a condições inadequadas dos serviços de saneamento, como verminoses, infecções bacterianas e viroses. Para o setor produtivo, a água é um insumo estratégico, sobretudo para a atividade industrial. De fato, estima-se que para cada R\$ 1 investido na ampliação do saneamento há R\$ 2,5 em retornos para a sociedade⁸.

Contudo, a situação do saneamento no Brasil é de precariedade quanto à qualidade e cobertura dos serviços, principalmente em relação ao abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Segundo informações do Sistema Nacional de Saneamento Básico (SNIS), em 2017, **mais de 30 milhões de habitantes** não possuíam acesso a abastecimento de água no Brasil (17% da população analisada). Em relação a coleta e tratamento de esgoto, o quadro é ainda mais alarmante: **mais de 58 milhões de habitantes** não possuíam acesso a coleta de esgoto (36% da população analisada) e quase a metade (48%) do esgoto produzido no país não era tratado. Este é o cenário de onde há informação, pois não existem dados sobre a situação do esgotamento sanitário em mais da metade dos municípios (3,1 mil), que compreendem 21% da população brasileira. Os resultados colocam o Brasil atrás de países como o Chile, que universalizou os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, e o México, que possui 96% da população com acesso à água e 85% com acesso à coleta de esgoto. Ambas experiências são marcadas pela ampliação da participação do setor privado como mecanismo para a expansão da oferta dos serviços.

Para reversão deste quadro, a Firjan estimou em R\$ 221 bilhões a necessidade de investimentos nos próximos dez anos. Tomou-se como referência as metas de universalização do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB): 99% dos domicílios atendidos com abastecimento de água e 92% com coleta e tratamento de esgoto até 2033⁹.

Nesse setor, há experiências bem-sucedidas de participação privada, por meio da concessão dos serviços. Nesse sentido, destaca-se a importância de aperfeiçoamentos na legislação atual como a Medida Provisória 868/2018, que altera o marco regulatório setorial, em análise pelo Congresso Nacional. Sua aprovação é essencial para viabilizar o aumento da participação privada no setor - hoje, inferior a 10% - e, assim, destravar os investimentos necessários para que o atendimento à população seja expandido no país. Com a melhoria do ambiente regulatório, estima-se em R\$ 102 bilhões a possibilidade de aportes privados no setor.

Segurança Pública

A segurança pública possui papel central no desenvolvimento de qualquer localidade. De fato, regiões mais seguras possuem maior capacidade de atração/manutenção de investimentos e geração de emprego e renda. O tema está entre os mais demandados pela população - 7 em cada 10 fluminenses dão prioridade ao tema na alocação do orçamento público, por exemplo¹⁰.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de investimentos no sistema prisional, fundamental para a segurança pública. Conforme apontado pela Lei de Execução Penal¹¹ e por projetos de reinserção social, a reintegração de infratores é capaz de prevenir novos delitos, contribuindo para um ambiente mais seguro.

O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com cerca de 726 mil presos. Em 2016, a taxa de ocupação, baseada na capacidade oficial dos sistemas prisionais brasileiros, era de 197,4%, ou seja, o dobro

da capacidade disponível¹². Este é o cenário atual, que pode ser agravado no curto prazo pelo cumprimento dos mais de 143 mil mandados de prisão em aberto¹³.

Nesse sentido, é primordial o aumento da oferta de vagas no sistema. Segundo estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU), para que o Brasil consiga suprir seu déficit no sistema prisional são necessários R\$ 95 bilhões em investimentos¹⁴. Como referência, cabe observar o modelo prisional da Holanda, que zerou a superlotação carcerária e melhorou seu índice de reincidência criminal por meio de parcerias com o setor privado para construção, manutenção e gestão de unidades prisionais.

Com o incentivo à maior participação privada no setor, podem ser adotadas Parcerias Público-Privadas (PPP), em que o investimento para implantação de novas unidades fica à cargo do parceiro privado e este é remunerado ao longo do contrato, após o início da operação da unidade prisional. Nesse modelo, estima-se potencial de aportes de R\$ 22 bilhões pelo setor privado nos próximos dez anos.

Saúde

Saúde é o outro pilar das necessidades básicas de investimento para melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Trata-se do setor de maior demanda por investimentos pela população brasileira - 9 em cada 10 fluminenses entendem que saúde deve ser prioritária na alocação do orçamento público¹⁵, por exemplo. Um avanço no sistema de saúde é capaz de aumentar a expectativa de vida populacional, reduzir a mortalidade infantil e ter maior controle sobre epidemias.

Tomando como base o sistema de saúde britânico - National Health Service (NHS), que inspirou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), entende-se que uma maior eficiência no atendimento primário é capaz de melhorar a eficiência de todo o sistema. Se os brasileiros tivessem atendimento de qualidade na Atenção Primária à Saúde - APS seriam reduzidos os números de atendimentos de média e alta complexidade e 5,2% das internações poderiam ser evitadas¹⁶.

Segundo o Banco Mundial, para que a APS seja ofertada em nível de excelência em todo o país, seguindo o exemplo inglês, são necessários investimentos da ordem de R\$ 130 bilhões na próxima década¹⁷.

Educação

Educação é a base para o desenvolvimento socioeconômico, essencial para a formação da sociedade, capacitação profissional e ganho de produtividade. Contudo, a qualidade da educação brasileira ainda tem muito que avançar.

Exemplo disso é o baixo desempenho dos alunos brasileiros no exame do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)¹⁸. O Brasil ficou abaixo da média da OCDE, ocupando as últimas posições no ranking. Uma das razões que explica o resultado brasileiro é a falta de infraestrutura adequada em 85% das escolas do país¹⁹.

Diante desse cenário, a expansão e melhoria da infraestrutura do setor educacional no país é prioritário. Entre as possibilidades de investimentos, a educação infantil (composta por creche para crianças de 0 a 3 anos e de pré-escola para crianças de 4 a 5 anos) desponta como área estratégica, em função da falta de vagas e do potencial de retorno à sociedade. Crianças até cinco anos de idade estão em momento crítico para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, essenciais para o aprendizado e o sucesso na vida escolar. Estima-se que o retorno sobre o investimento na educação infantil seja de R\$ 7 para cada real investido²⁰. Foi esse o modelo adotado pela

Espanha, por exemplo, que ampliou a eficiência de seu sistema educacional por meio de reformas com foco na ampliação da educação infantil e na formação continuada dos professores.

Segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)²¹, em 2016, quase 10 milhões de crianças brasileiras estavam fora da educação infantil - 8,6 milhões sem acesso a creche e 1,2 milhão sem vagas na pré-escola. Para reversão deste quadro, a Firjan estimou em R\$ 33 bilhões a necessidade de investimentos na educação infantil. Tomou-se como referência as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE)²²: 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches e 100% das crianças de 4 a 5 na pré-escola até 2024.

Assim como em segurança, há oportunidades para ampliação da iniciativa privada por meio de PPP, através da implantação e gestão da infraestrutura física de unidades escolares. Nesse modelo, estima-se potencial de R\$ 22 bilhões em investimentos privados na próxima década.

Obras paralisadas

Outro passivo a ser equalizado nos próximos anos são as obras iniciadas em gestões anteriores e atualmente paralisadas. Obras paradas geram perdas econômicas e sociais, na medida em que não ampliam a competitividade do país nem melhoram a oferta dos serviços demandados pela sociedade.

Segundo levantamento da CBIC²³, há hoje um total de 4.669 obras paralisadas em todo o país, sendo a maior parte localizada no Nordeste (43%) e de baixo valor (custo total até R\$ 500 mil). Os projetos são em diversos setores, como infraestrutura, educação, iluminação pública, saúde e urbanização. Para sua conclusão, são necessários R\$ 135 bilhões em investimentos.

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) - Av. Graça Aranha, 01 - CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro. **Presidente:** Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; **Diretor da Diretoria Firjan IEL:** João Paulo Alcantara Gomes; **Gerente Geral de Competitividade:** Cesar Kayat Bedran; **Gerente de Estudo Econômicos:** Jonathas Goulart. **Equipe Técnica:** Nayara Freire e Tomaz Leal; **Gerente de Sustentabilidade e Infraestrutura:** William Figueiredo. **Equipe Técnica:** Isaque Regis Ouverney; Marcos Costa; Aline Pedreira Bustorff; Andrea Cristina Galhego; Bruno Martins dos Santos; Carolina Maria Zoccoli Carneiro; Izabela de Almeida Simões; Leonardo Tavares Ribeiro; Lídia Vaz Aguiar; Mariana Maia; Renata Menezes Rocha; Wagner dos Santos Ramos. **Estagiários:** André Souza de Melo; Bernardo Geminiano de Abreu; Jaasiel Felipe de Araujo Silva; Karoline Mayumi. Informações: infraestrutura@firjan.com.br Visite nossa página: <http://www.firjan.com.br/>

¹ PEC nº6 de 2019

² A IFI - Instituição Fiscal Independente - foi criada no final de 2016 com o objetivo de ampliar a transparência nas contas públicas

³ Percentual de Dívida Bruta em relação ao PIB

⁴ Esforço fiscal necessário para que a Dívida % PIB não cresça, ou seja, se mantenha no mesmo patamar no período seguinte

⁵ Nessa estimativa não está sendo considerado o teto dos gastos (Emenda Constitucional nº 95 de 2016), que limita o crescimento das despesas a inflação do ano anterior

⁶ Fonte: Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC

⁷ Entendido como: a eliminação integral dos domicílios precários (rústicos e improvisados); eliminação integral do adensamento excessivo, o que inclui a habitação em cômodos e; redução de 50% da coabitação total (excedente do número de famílias em relação ao de domicílios)

⁸ Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)

⁹ O Plano Nacional de Saneamento Básico estipula um cenário de longo prazo (2033), com metas específicas para cada estado

¹⁰ Pesquisa Orçamento - Firjan/Ibope - Junho/2018

¹¹ De acordo com a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), os principais objetivos da execução penal são punir o infrator (servindo como compensação à infração e inibição a novos delitos) e promover a sua reintegração social

¹² Segundo dados do INFOPE, 2016 (último ano disponível)

¹³ Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

¹⁴ <https://oglobo.globo.com/brasil/tcu-sistema-penitenciario-ideal-custaria-95-bilhoes-em-18-anos-23351423>

¹⁵ Pesquisa Orçamento - Firjan/Ibope - Junho/2018

¹⁶ Pesquisa UNIDAS 2017/2018

¹⁷ Propostas de reforma do SUS - Banco Mundial

¹⁸ Em 2015 o PISA avaliou cerca de 540 mil estudantes de 72 países em três pilares - ciências, compreensão textual e matemática

¹⁹ Neto, J. et al.: Uma escala para medir a infraestrutura escolar, 2013

²⁰ Investir no desenvolvimento na primeira infância: Reduzir déficits, fortalecer a economia. - James J. Heckman

²¹ Estudo que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego e renda, Educação e Saúde. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

²² Metas para educação infantil: Metas: 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches e 100% das crianças de 4 a 5 na pré-escola

²³ Obras paralisadas do PAC - Análise da situação atual e propostas para retomada. Estudo elaborado pela consultoria Brain, sob coordenação da CBIC